



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 545, DE 16 DE AGOSTO DE 2010.

Define as obrigações de pequeno valor, a que

alude o § o 3º art. 100 da Constituição Federal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do.

Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Os débitos de pequeno valor contra a

Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatória.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º

Fica definido como valor máximo para pagamento da Obrigação de Pequeno Valor - OPV, o corresponde ao maior benefício legalmente definido pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º O pagamento ao titular de obrigação

de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do ofício requisitório da OPV, devendo ser demonstrado o trânsito em julgado da sentença e a liquidez da obrigação.

Art. 4º Considera-se débito ou obrigação de

pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de OPV, quando o total homologado seja superior ao estipulado

como débito de pequeno valor.

Parágrafo único. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatória complementar ou suplementar para seu pagamento se faça em parte, na forma de OPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

Art. 5º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao credito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 6º Para cumprimento do disposto na presente LEI, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da LEI Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a LEI nº 512/2009 de 22 de outubro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO, aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2010.

SIDINEI DELAI
Prefeito Municipal

Download Anexo: Lei Ordinária Nº 545/2010 - Ivaté-PR
([www.leismunicipais.com.brhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/ivate-pr/2010/anexo-lei-ordinaria-545-2010-ivate-pr-1.docx?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20241007%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20241007T153803Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Danexo-lei-ordinaria-545-2010-ivate-pr-1.docx&X-Amz-Signature=98fb3769958e6cd238fecfc2f5600dd103e19483a52d0a07bca816908259c1d](https://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/ivate-pr/2010/anexo-lei-ordinaria-545-2010-ivate-pr-1.docx?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20241007%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20241007T153803Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Danexo-lei-ordinaria-545-2010-ivate-pr-1.docx&X-Amz-Signature=98fb3769958e6cd238fecfc2f5600dd103e19483a52d0a07bca816908259c1d))

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 07/07/2021